

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 2062/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de merecimento, a Promotora de Justiça de Porto Murtinho, Juliana Pellegrino Vieira, Primeira Entrância, símbolo MP-22, para a Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro, de igual entrância (Processo PGJ/10/1390/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2060/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.: 98478-2059	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS CEL.: 98478-2062	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
26.10 (18h01min) a 2.11.2020 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva	Olavo Monteiro Mascarenhas	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo
2 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Francisco Neves Junior	Irma Vieira de Santana e Anzoategui	Helton Fonseca Bernardes

● passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS CEL.: 98478-2059	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS CEL.: 98478-2062	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS CEL.: 98478-2122
26.10 (18h01min) a 3.11.2020 (7h59min)	Ariadne de Fátima Cantú da Silva	Olavo Monteiro Mascarenhas	Mara Cristiane Crisóstomo Bravo
3 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Francisco Neves Junior	Irma Vieira de Santana e Anzoategui	Helton Fonseca Bernardes

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1820/2020-PGJ, DE 21.5.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, 19 (dezenove) dias de férias remanescentes ao Procurador de Justiça Belmires Soles Ribeiro, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, que seriam usufruídos no período de 13 a 31.5.2020, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (Processo PGJ/10/3906/2016).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1985/2020-PGJ, DE 2.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de junho de 2020, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.6.2020 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99312-5218
10 (18h01min) a 17.6.2020 (7h59min)	2ª	Fernando Marcelo Peixoto Lanza	99312-5218
17 (18h01min) a 24.6.2020 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99312-5218
24.6 (18h01min) a 1º.7.2020 (7h59min)	9ª	Luciano Anechini Lara Leite	99312-5218

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2049/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 12ª Zona Eleitoral, a partir de 14.6.2020, pelo período de 2 (dois) anos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2050/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Coxim, Marcos André Sant’Ana Cardoso, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça da referida Comarca, a partir de 14.6.2020, pelo período de 1 (um) ano.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2051/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 2ª Promotora de Justiça de Coxim, Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 14.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2052/2020-PGJ, DE 3.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.6.2020, a Portaria nº 1995/2019-PGJ, de 6.6.2019, que designou o Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira para atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2053/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 14.6.2020, a Portaria nº 1617/2020-PGJ, de 6.5.2020, que designou a Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva para atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça da comarca de Coxim.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2054/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva o 2º período de férias, que seria usufruído de 8 a 17.6.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2055/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 29.5 a 27.6.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2056/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019, alterada pela Portaria nº 77/2020-PGJ, de 13.1.2020, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto o 1º período de férias, que seria usufruído de 6 a 25.7.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2059/2020-PGJ, DE 3.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4526/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2020, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)	PLANTÃO - ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)	PLANTÃO - ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
26.10 (18h01min) a 2.11.2020 (7h59min)	José Luiz Rodrigues	Daniela Cristina Guiotti	Kristiam Gomes Simões
2 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	Luiz Antônio Freitas de Almeida	Fernando Jorge Manvailer Esgaib

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2089)	PLANTÃO - ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)	PLANTÃO - ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
26.10 (18h01min) a 3.11.2020 (7h59min)	José Luiz Rodrigues	Daniela Cristina Guiotti	Kristiam Gomes Simões
3 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Luz Marina Borges Maciel Pinheiro	Luiz Antônio Freitas de Almeida	Fernando Jorge Manvailer Esgaib

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2061/2020-PGJ, DE 3.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4527/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)	PLANTÃO – ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
26.10 (18h01min) a 2.11.2020 (7h59min)	João Linhares Júnior	José Antonio Alencar
2 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Amilcar Araujo Carneiro Junior	Claudia Loureiro Ocariz Almirão

Passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)	PLANTÃO – ÁREA CÍVEL E ESPECIALIZADA (CEL.: 98478-2087)
26.10 (18h01min) a 3.11.2020 (7h59min)	João Linhares Júnior	José Antonio Alencar
3 (18h01min) a 9.11.2020 (7h59min)	Amilcar Araujo Carneiro Junior	Claudia Loureiro Ocariz Almirão

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2069/2020-PGJ, DE 4.6.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir a Promotora e Justiça Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira na Portaria nº 1601/2020-PGJ, de 6.5.2020, para compor força-tarefa contra a pandemia de COVID-19, para fins de padronização e uniformização da atuação institucional do MPMS.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2070/2020-PGJ, DE 4.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sonora, Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência da Vara Única da comarca de Iguatemi, no dia 5.6.2020, referente ao Processo nº 0900025-09.2019.8.12.0035.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2064/2020-PGJ, DE 4.6.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Termo de Cooperação Técnica decorrente do Processo PGJ/10/4555/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão; 1.1) Suplente – Reginaldo de Oliveira Vilanova, Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão por Processos; 2) Fiscal – Daniel Fernando Tiburcio, Chefe da Divisão de Elaboração e Gestão de Projetos e de Captação de Recursos; 2.1) Suplente – Thiago Russo Nantes, Técnico I; e revogar a Portaria nº 953/2020-PGJ, de 12.3.2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR**

PAUTA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 16 DE JUNHO DE 2020, ÀS 14 HORAS.

6. Expedientes:**6.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:**

- **Ofício nº 0395/2020/CGMP/MS**, de 26.5.2020.

- **Ofício nº 0393/2020/CGMP/MS**, de 28.5.2020, o Corregedor-Geral do MP, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso XI e artigo 172, da Lei Complementar nº 72/1994, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias previstas no Aviso nº 02/CGMP/2020, publicado no DOMPMS n. 2.125, de 16 de janeiro de 2020, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Pedro Gomes, Sonora, Chapadão do Sul e Cassilândia.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:

- **Ofício nº 0204/2020/02PJ/NVR**, de 25.5.2020.

6.2. Comunicação da promoção de arquivamento de Procedimento Administrativo, para ciência:**1. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000813-6.

7. Ordem do dia:**7.1. Matéria Administrativa:****7.1.1. Julgamento de Processo:****1. Reclamação Disciplinar nº 10.2020.00000042-9 - SIGILOSO**

Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de MS

Reclamante: Rodrigo Souza e Silva

Reclamado: Membro do Ministério Público

Advogado: Gustavo Passarelli da Silva – OAB/MS nº 7.602.

Relator Conselheiro João Albino Cardoso Filho.

7.2. Julgamento de Inquéritos Civis e Procedimentos:**7.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001287-7**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Itaporã

Assunto: Apurar eventual dano ao meio ambiente, tendo em vista o despejo de resíduos sólidos, dentre eles rejeitos de serviços de saúde, em lixo, praticado pelo Município de Itaporã/MS (evolução ao IC 06/2013).

7.2.2. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001184-9**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível degradação ambiental em área de preservação permanente no Lote 07, localizado na Rua Sílex, 74, nesta Capital, cadastrado em nome de Valdir Izidoro de Souza, assim como a atuação do Município de Campo Grande em efetivar a fiscalização e a recomposição dos danos existentes.



DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 1ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, DE 18 DE MAIO DE 2020.

1. Ordem do dia:

1.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

1.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002973-5

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em contratos com empresas de hospedagem, pelo Município de Angélica/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE ANGÉLICA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTA IRREGULARIDADE EM CONTRATOS CELEBRADOS COM EMPRESAS DE HOSPEDAGEM, PELO MUNICÍPIO DE ANGÉLICA - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - LICITAÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE REGÊNCIA - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FORMA ADEQUADA - INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PERDA DE OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois as provas angariadas no feito ilidem os termos da representação anônima que o ensejou, constatando-se a regularidade do processo licitatório deflagrado para oportunizar a hospedagem dos munícipes de Angélica que necessitavam de tratamento de saúde nesta capital, aliada à efetiva e adequada prestação dos serviços contratados. Assim, inexistindo indícios de prática de ato de improbidade administrativa, não subsistem motivos a demandar a continuidade da intervenção ministerial.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00002791-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Amambai

Assunto: Promover a coleta de informações, depoimentos, certidões, perícias e demais diligências para se apurar a regularidade jurídica-ambiental da instalação do novo cemitério no município de Amambai/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE AMAMBAI – MEIO AMBIENTE - REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA INSTALAÇÃO DE NOVO CEMITÉRIO NO MUNICÍPIO - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS QUE CULMINARAM NA CONFORMAÇÃO DO CEMITÉRIO ÀS NORMAS DE REGÊNCIA - INEXISTÊNCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE - REGULARIDADE JURÍDICA DO EMPREENDIMENTO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois a intervenção ministerial foi apta a provocar a adequação estrutural do cemitério, tutelando-se o equilíbrio ambiental do perímetro, aliada à existência de licença de operação válida vinculada à atividade e recente relatório técnico que comprova a inexistência de passivos ambientais. Assim, incontestes a atuação ministerial resolutiva, exitosa em solucionar consensualmente o problema evidenciado no feito, conforme orienta o § 3º, do art. 1º, da Resolução 15/2007/PGJ.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002253-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação direta de escritório de advocacia por parte da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA POR PARTE DA CÂMARA MUNICIPAL – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - ACATAMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, porquanto a atuação do Ministério Público, sobretudo após



expedir a Recomendação nº 1/2020, foi apta a provocar a adequação da conduta da Câmara Legislativa de Nova Alvorada do Sul, inexistindo novos indícios de contratação de assessoria jurídica em descompasso com a Lei Geral de Licitações. Ademais, não constam nos autos elementos de informação a materializar prejuízo ao patrimônio público e a eventual intenção de vilipendiar o erário ou de lesionar os princípios que regem a Administração Pública, mas a mera inabilidade da gestão do Poder Legislativo de Nova Alvorada do Sul, circunstância insuficiente para a caracterização da prática de improbidade administrativa.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001254-8

17ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Laguna Carapã e Outros

Assunto: Apurar a regularidade do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Laguna Carapã.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTA IRREGULARIDADE NO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E DO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - ADEQUAÇÃO DO USO DO NUMÉRARIO CONTIDO NO FMDCA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - SOLUÇÃO CONSENSUAL DA PROBLEMÁTICA - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, porquanto, após a intervenção do Ministério Público, sobretudo considerando os termos da Recomendação Conjunta nº 05/2019/17PJ/DOS, a Administração Municipal deixou de destinar as verbas do Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e do Adolescente de Laguna Carapã para despesas genericamente ligadas à infância e à adolescência, passando a fomentar um plano de ação para a proteção e defesas dos direitos e garantias aos infantes e adolescentes do município. Assim, inconteste a atuação ministerial resolutiva, exitosa em solucionar consensualmente o problema evidenciado no feito, conforme orienta o § 3º, do art. 1º, da Resolução 15/2007/PGJ.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002029-9

2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com deficiência da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Verificar as condições de acessibilidade nos prédios das Escolas Particulares do Município de Sidrolândia.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SIDROLÂNDIA - ACESSIBILIDADE - SUPOSTAS INADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS EM UNIDADES EDUCACIONAIS PARTICULARES DO MUNICÍPIO - COMPROVAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO CURSO DO PROCEDIMENTO - CELEBRAÇÃO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DESTE COLEGIADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta que tutelam os interesses perseguidos neste procedimento, cujas disposições estão adequadas à norma de regência, aliado à instauração de procedimento administrativo para fiscalizar o seu cumprimento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002893-6

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Deodápolis

Assunto: Apurar eventual omissão, por parte da Prefeitura Municipal de Deodápolis, quanto à fiscalização relativa às posturas municipais e a respectiva arrecadação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTA OMISSÃO NA FISCALIZAÇÃO RELATIVAS ÀS POSTURAS MUNICIPAIS – DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - APERFEIÇOAMENTO DA FISCALIZAÇÃO - SOLUÇÃO CONSENSUAL DA PROBLEMÁTICA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois a intervenção do Órgão de Execução de origem foi apta a provocar uma atuação ativa na Administração Municipal, a qual passou a promover a adequada fiscalização dos imóveis urbanos acerca da obediência às posturas municipais, garantindo-se a melhora na higidez desses locais.



Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00000700-1

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeito Municipal de Corumbá

Assunto: Apurar prática de nepotismo consistente na nomeação de Jefferson Teles Moreira no cargo de provimento em comissão de Assessor Executivo III, pelo Prefeito Municipal de Corumbá, Marcelo Aguiar Iunes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA – SUPOSTA PRÁTICA DE NEPOTISMO NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - IRREGULARIDADE CONSTATADA – EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - ADEQUAÇÃO DA CONDUTA - SOLUÇÃO CONSENSUAL DA PROBLEMÁTICA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Promoção de arquivamento homologada, pois a intervenção ministerial, sobretudo após a expedição de Recomendação, impingiu uma postura ativa na Administração Municipal que promoveu a exoneração do ocupante do cargo em comissão de “Assistente Executivo III”, fazendo cessar, pois, a prática nepótica evidenciada e tornando clara a insubsistência de motivos a atrair a continuidade desta investigação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

1.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001169-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar possível ilegalidade praticada na contratação de professores na rede estadual de educação no município de Aral Moreira/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA/MS - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PREENCHIMENTO TEMPORÁRIO PARA A FUNÇÃO DE DOCÊNCIA NO ANO LETIVO DE 2019 DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE ESTADUAL – DECRETO ESTADUAL - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM SUA IRREGULARIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Estado publicou no dia 19/10/2018 o Edital n. 11/2019, contendo a abertura das inscrições para cadastro de candidatos para a função de docência em caráter temporário para o ano letivo de 2019 das unidades escolares da Rede Estadual e em programas e projetos educacionais. Desta feita, os candidatos interessados que preencheram as condições estabelecidas no referido edital foram considerados habilitados à eventual convocação, os quais foram submetidos às exigências constantes do artigo 6º, §2º, do Decreto Estadual nº 14.137/2015, cujo ato de convocação dos contratados fora devidamente publicado no Diário Oficial do Estado. Urge salientar que o Promotor natural pontuou que “ainda que no ano de 2019 foi publicado o Decreto Estadual n. 15.298/2019, adotando-se o processo seletivo simplificado para a constituição do Banco Reserva de Profissionais para a contratação de professores temporários que atuarão nas unidades a Rede Estadual de Ensino, medida esta adequada e há tempo necessário para garantir maior impessoalidade nas contratações de professores da rede estadual.” (fl. 65).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000946-8

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades nos processos de dispensa de licitação realizados pela Prefeitura Municipal de Deodápolis, no período de janeiro a maio de 2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DEODÁPOLIS/MS - APURAR IRREGULARIDADES NOS PROCESSOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEODÁPOLIS, NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE JANEIRO E MAIO DE 2017 - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que a documentação angariada aos autos demonstrou que houve a apresentação de justificativa formal para a dispensa do certame licitatório, tendo os gestores observados os pressupostos legais exigidos pelo ordenamento jurídico aplicado ao caso. Desta feita, pôde se concluir que no início da nova gestão havia indefinição de como a administração iria proceder na execução dos serviços públicos, por não haver contratações



em vigor, porém, elas só perduraram pelo período necessário à conclusão dos procedimentos licitatórios para a contratação regular de tais compras e serviços.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002939-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa perpetrado pelo então Prefeito Municipal ao contratar servidores em desconformidade com a legislação brasileira, bem como desvia-los de sua função de origem.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - DESVIO DE FUNÇÃO - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES - PROVIDÊNCIAS DEVIDAMENTE TOMADAS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Não se vislumbraram irregularidades no desvio de função de servidores, porquanto existia a necessidade da continuidade dos serviços públicos municipais. Na atual administração municipal estão sendo tomadas várias medidas para regularizar a questão dos desvios de função, em atendimento à Recomendação expedida pelo representante do Ministério Público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

1.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:

1. Inquérito Civil n.º 06.2016.00001140-4

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Brasilândia

Assunto: Apurar eventual ilegalidade em procedimento licitatório

manejado pela Prefeitura de Brasilândia para o transporte escolar nas linhas das Fazendas Jatobá e São João do Café.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR - ILEGALIDADE, FAVORECIMENTO E PESSOALIDADE - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a contratação da empresa de familiares de antigo vereador de Brasilândia, pela Prefeitura do Município, não ofendeu as normas da Lei de Licitação, não se verificando, ainda, eventual sobre-preço ou qualquer outro indício de má-fé por parte do requerido. Ademais, conforme processos licitatórios juntados aos autos, houve ampla concorrência no certame, tendo a empresa investigada sido declarada vencedora somente em duas linhas da zona rural. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação:

2. Inquérito Civil n.º 06.2017.00001475-0

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na interrupção na prestação de serviço de emissão de RG, na cidade de Brasilândia, a qual está prejudicando o exercício de vários direitos dos cidadãos Brasilandense.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AUSÊNCIA DE EMISSÃO DE CÉDULA DE IDENTIDADE (RG) NO MUNICÍPIO DE BRASILÂNDIA/MS - NÃO COMPROVAÇÃO - PERITO PAPILOSCOPISTA DESIGNADO PARA ATENDER O MUNICÍPIO A CADA 15 (QUINZE) DIAS - AMPLA DIVULGAÇÃO DE DATAS E DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante informações prestadas pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, houve designação de perito papiloscopista para atender o Município de Brasilândia a cada 15 (quinze) dias, visando a emissão de documento de identidade. Ademais, há ampla divulgação em rádio e Delegacia de Polícia Civil do local das datas de atendimento e documentos necessários para a emissão da identidade. Assim, constata-se que as irregularidades noticiadas não foram comprovadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**3. Inquérito Civil n.º 06.2018.00002615-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Tutelar do Município de Campo Grande

Assunto: Investigar as atividades prestadas pelos Conselheiros Tutelares, bem como se estão atuando fora da previsão legal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADES NA ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS - ELABORAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO UNIFICANDO A ATUAÇÃO E ATRIBUIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - FLUXOGRAMA DE PROTOCOLO DE ATENDIMENTO UNIFORMIZANDO OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS EM CADA CASO - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante informações prestadas pelo Conselho Tutelar de Campo Grande, houve a elaboração de Regimento Interno e Fluxograma de Protocolo de Atendimento, a fim de unificar a atuação dos conselheiros tutelares do município. Ademais, realizou-se diversas reuniões entre os conselheiros tutelares, GACEP e assistência social para definir a atribuição de cada órgão, referente aos atendimentos envolvendo crianças e adolescentes. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil n.º 06.2019.00000752-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível prática de publicidade institucional com violação de preceito constitucional.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO PESSOAL DE AGENTE PÚBLICO - DIVULGAÇÃO DE NOME EM PLACA AFIXADA EM REPARTIÇÃO PÚBLICA - AUSÊNCIA DE DOLO OU MÁ-FÉ - EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO - RECOMENDAÇÃO ACATADA - PLACA REFORMULADA CONSTANDO SOMENTE O NOME DA FUNSAÚDE - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que a FUNSAÚDE acatou a Recomendação do órgão ministerial e retirou o nome do Vereador Rosmar Alves, à época presidente da Fundação de Saúde Pública, que pudesse caracterizar qualquer indício de promoção pessoal de agente público. Ademais, não houve a comprovação de dolo ou má-fé na conduta praticada que pudesse caracterizar eventual improbidade administrativa. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil n.º 06.2017.00000743-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rio Brilhante e SANESUL Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais, consistentes no lançamento de dejetos, sem o devido tratamento, no curso do córrego Areias, provenientes de redes de esgoto inacabadas e com ligações clandestinas na Avenida Augusto Lopes, esquina com a Rua Nenê Venâncio, entrada do bairro Pró-Moradia XIV, no município de Rio Brilhante/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - VAZAMENTO DE ESGOTO EM VIA PÚBLICA - OBRAS REALIZADAS PARA EVITAR NOVOS VAZAMENTOS - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante informações prestadas pela empresa SANESUL o vazamento ocorreu em razão de várias ligações clandestinas em rede de esgoto inoperante, ocasionando o transbordamento dos dejetos na via pública. A fim de sanar as irregularidades, a concessionária SANESUL, em parceria com a FUNASA, realizou obras na rede de esgoto do local e efetuou a ligação direta com a Estação de Tratamento do Município. Ademais, houve a correção das ligações clandestinas visando evitar novos vazamentos. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**1.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001087-2**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Caarapó

Assunto: Apurar o motivo da transferência das turmas do 6º, 7º, 8º e 9º ano da rede municipal para a rede estadual de ensino e eventuais prejuízos aos alunos decorrentes da mencionada transferência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR O MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA DAS TURMAS DO 6º, 7º, 8º E 9º ANO DA REDE MUNICIPAL PARA A REDE ESTADUAL DE ENSINO E EVENTUAIS PREJUÍZOS AOS ALUNOS DECORRENTES DA MENCIONADA TRANSFERÊNCIA - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que foi realizado acordo entre a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e os servidores públicos municipais para a manutenção das turmas do 6º, 7º, 8º e 9º da Escola Municipal Cândido Lemes dos Santos no ano letivo de 2020, não havendo, portanto, a transferência dos alunos para a rede pública estadual; 3. Além disso, foi aprovada e sancionada a Lei Municipal nº 1.410/2019, que dispõe sobre a permissão de uso especial onerosa, no período noturno, de parte das dependências do prédio da Escola Municipal Cândido Lemes dos Santos pelo Instituto Caarapoense de Educação e Cultura Ltda., inexistindo prejuízos aos alunos e ao patrimônio público municipal; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001248-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de São Gabriel do Oeste

Assunto: Apurar a ocorrência de possíveis contratações irregulares pelo Município de São Gabriel do Oeste.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE POSSÍVEIS CONTRATAÇÕES IRREGULARES PELO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE (INQUÉRITO CIVIL Nº 3/2016) – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. O órgão de execução expediu Recomendação devidamente fundamentada ao Município de São Gabriel do Oeste, à Controladoria Geral do Município, à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Trânsito, à Secretaria Municipal de Saúde, e ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município (SAAE), sendo integralmente atendida, tendo em vista que foram adotadas as medidas necessárias para regularizar as contratações diretas efetuadas pelos órgãos; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001471-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Brasilândia

Requerente: João Pedro de Souza

Requerido: Fibria-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.

Assunto: Apurar eventual relação de causa da mortandade de abelhas das apiculturas desta cidade de Brasilândia, em decorrência da aplicação aérea de agrotóxicos na plantação de eucalipto da Empresa Fibria, localizada na cidade de Três Lagoas/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL RELAÇÃO DE CAUSA DA MORTANDADE DE ABELHAS DAS APICULTURAS DESTA CIDADE DE BRASILÂNDIA, EM DECORRÊNCIA DA APLICAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS NAS PLANTAÇÃO DE EUCALIPTO DA EMPRESA FIBRIA, LOCALIZADA NA CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que foi elaborado relatório pelo Comitê Interdisciplinar para a Gestão de Denúncias com Agrotóxicos – CIGED do IAGRO, concluindo-se



que, embora realmente haja a possibilidade das abelhas terem se intoxicado por produtos agrotóxicos, os resultados laboratoriais não são suficientes para afirmar a responsabilidade da empresa Fibria-MS Celulose Sul Mato-grossense Ltda. (atualmente Suzano S.A.) ou de qualquer outra empresa no fato que gerou a mortandade das abelhas; 3. Ressalta-se do supracitado relatório que o contato das abelhas com produtos agrotóxicos pode ter ocorrido em consequência de terem se deslocado até as áreas de produção de cana e/ou eucalipto para se alimentarem ou beberem água; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001081-7

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Oseas Ohara de Oliveira

Requerido: Rogério dos Santos Leite

Assunto: Apurar eventual irregularidade na nomeação de Rogério dos Santos Leite para o cargo efetivo de médico ultrassonografista do Município de Corumbá/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA NOMEAÇÃO DE ROGÉRIO DOS SANTOS LEITE PARA O CARGO EFETIVO DE MÉDICO ULTRASSONOGRFISTA DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – RECOMENDAÇÃO ATENDIDA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. O órgão de execução expediu Recomendação devidamente fundamentada ao Prefeito Municipal de Corumbá, sendo integralmente atendida, uma vez que houve a exoneração de Rogério dos Santos Leite do cargo efetivo de Profissional de Medicina – Médico Especialista, da Secretaria Municipal de Saúde; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000289-0

3ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar a superlotação carcerária no Estabelecimento Penal Masculino de Coxim/MS (Inquérito Civil nº 1/2014).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA NO ESTABELECIMENTO PENAL MASCULINO DE COXIM/MS (INQUÉRITO CIVIL Nº 1/2014) – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Nota-se que a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN/MS) realizou obras para ampliação do Estabelecimento Penal Masculino de Coxim, sendo disponibilizado um maior número de vagas; 3. Consoante Relatório da Situação Carcerária do Estado de Mato Grosso do Sul, referente ao mês de dezembro de 2019, encaminhado pelo Grupo de Atuação Especial da Execução Penal (GAEP), o Estabelecimento Penal Masculino de Coxim, apresentou proporção de 1,64 presos/vaga, o que demonstra uma melhoria nas condições carcerárias; 4. Ademais, o Diretor do Estabelecimento Penal Masculino de Coxim informou as medidas que vêm sendo promovidas em atendimento às recomendações sugestivas do Conselho Penitenciário Estadual; 5. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 6. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 4 de junho de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: 15º Batalhão da Polícia Militar Ambiental de Campo Grande/MS, representado por seu Comandante – Jefferson Vila Maior.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador HP: 2 unidades

Data: 6.11.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Campo Grande/MS, representado por seu Gerente da Unidade Campo Grande – Djanires Lageano Neto de Jesus.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor de Vídeo-LCD HP: 10 unidades

Microcomputador HP: 10 unidades

Data: 6.11.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Fundação Municipal de Esporte - FUNESP de Campo Grande/MS, representado por seu Presidente – Rodrigo Barbosa Terra.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor de Vídeo- LCD HP: 3 unidades

Microcomputador HP: 3 unidades

Impressora HP: 1 unidade

Data: 6.11.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Secretaria Municipal de Gestão - SEGES de Campo Grande/MS, representado por seu Secretário Municipal de Gestão – Agenor Mattiello.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor de Vídeo- LCD HP: 3 unidades

Microcomputador HP: 3 unidades

Impressora HP: 1 unidade

Data: 6.11.2019.

**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Secretaria Municipal de Gestão - SEGES de Campo Grande/MS, representado por seu Prefeito Municipal de Campo Grande – Marcos Marcello Trad.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor de Vídeo- LCD HP: 15 unidades

Microcomputador HP: 15 unidades

Data: 6.11.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Academia Maçônica de Letras de Mato Grosso do Sul, representado pelo Acadêmico Presidente– Temistocles de Figueiredo Serra Minervini

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor de Vídeo- LCD HP: 1 unidade

Microcomputador HP: 1 unidade

Impressora HP: 1 unidade

Data: 6.11.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E CENTRO EDUCACIONAL MUNDO NOVO MICKEY LTDA**

Processo: PGJ/10/1449/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CENTRO EDUCACIONAL MUNDO NOVO MICKEY LTDA**, representado por **Vaner Rodrigo Bento Galli**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para os alunos regularmente matriculados e com efetiva frequência nos cursos oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 15.05.2020 até 15.05.2022.

Data da assinatura: 15 de maio de 2020.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2020ARN00062 DE 04.06.2020.

Processo: PGJ/10/4440/2019.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Cancelamento de restos a pagar não processados tendo em vista a inexecução parcial do objeto pela Contratada e Decisão da Excelentíssima Secretária-Geral às fls. 71-73 do Processo PGJ/10/4440/2019. Empenho (2019NE005876) publicado no DOMP-MS nº 2.093 de 18 de novembro de 2019 (página 12).

Valor: R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais).

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/0852/2020

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- PRIME BUFFET MS LTDA**, representada por **Jose Claudio Soares da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 09/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Fornecimento de alimentação (lanches diversos e bebidas), para atender eventos, tais como reuniões, solenidades, seminários, encontros, palestras, cursos, conferências, treinamentos, entre outros, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado total: R\$ 72.075,00 (setenta e dois mil e setenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE001743, datada de 11.05.2020.

Vigência: 22.05.2020 a 22.05.2021.

Data de assinatura: 22 de maio de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2020.00000085-2**

Vistos etc.

Em análise ao teor da Recomendação nº 002/2020-5ºPJ, constatou-se erro material no item "1", de modo que **PROCEDO A RETIFICAÇÃO** para que onde consta:

"1 - A imediata apuração dos valores indevidamente pagos aos Vereadores de Corumbá a título de Verba Indenizatória para Custeio do Exercício Parlamentar por serviços prestados pela empresa A.C DE ALBUQUERQUE (CNPJ nº 13.096.040/0001-20) entre o período de 12 de dezembro de 2019 até 23 de outubro de 2019 (inaptidão fiscal da empresa);"

Passe a constar como:

"1 - A imediata apuração dos valores indevidamente pagos aos Vereadores de Corumbá a título de Verba Indenizatória para Custeio do Exercício Parlamentar por serviços prestados pela empresa A.C DE ALBUQUERQUE (CNPJ nº 13.096.040/0001-20) entre o período de 12 de dezembro de 2018 até 23 de outubro de 2019 (inaptidão fiscal da empresa);"

Oficie-se ao Presidente da Câmara Municipal de Corumbá.

Remeta-se Cópia à Procuradoria-Geral de Justiça para conhecimento e publicação no DOMP e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, na forma da Resolução Normativa nº 015/2007-PGJ.

Registre-se e Cumpra-se.

Corumbá-MS, quinta-feira, 04 de junho de 2020.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BELA VISTA

RECOMENDAÇÃO 06/2020/PJ/BVT

Procedimento Administrativo: 09.2020.00001921-9

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do Promotor de Justiça que abaixo subscreve, em atuação pela 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que *“o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou situação de *“emergência de saúde pública de importância internacional”* e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que o novo *Coronavírus* (COVID-19, CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a *Síndrome Respiratória Aguda Grave* e *Síndrome Respiratória do Oriente Médio*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020, declarou *“emergência em saúde pública de importância nacional”*, em decorrência da infecção humana pelo *Coronavírus*, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo *Coronavírus* COVID-19, situando o Brasil, no momento, no nível de reposta 3: *“emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)”*;

CONSIDERANDO que os estados e municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, inclusive acatando recomendações expedidas pelo MPMS;

CONSIDERANDO que segundo o art. 205 da Constituição Federal, *“a educação é direito de todos e dever do Estado e da família”*;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que quando ameaçados ou violados os direitos das crianças e dos adolescentes, devem ser aplicadas medidas de proteção pautadas nos princípios da condição de sujeitos de direito, da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, do superior interesse, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade e da obrigatoriedade da informação (art. 98 e seguintes do ECA);



CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação e, ainda, a Nota de Esclarecimento do CEE/MS, de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.119, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Parecer Orientativo CP/CEE/MS nº 017/2020, do Conselho Estadual da Educação de Mato Grosso do Sul, publicado em 14 de abril de 2020, abrangendo instituições de ensino públicas e privadas (<http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Parecer-Orientativo-CEE.pdf>);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.410, de 1º de abril de 2020, o qual acrescenta o art. 2º- B ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense, prorrogando a suspensão das aulas presenciais nas escolas da Rede Estadual de Ensino, até 03 de maio do corrente ano;

CONSIDERANDO a Resolução SED n. 3745, de 19 de março de 2020, que regulamenta as Atividades Pedagógicas Complementares – APC na rede pública estadual de ensino, as quais vêm sendo ofertadas aos alunos, havendo previsões específicas para o ensino fundamental e médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudantes público da correção de fluxo, educação profissional e normal médio e estudantes público da educação especial;

CONSIDERANDO que em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.420, de 27 de abril de 2020, que antecipou o recesso escolar de 15 (quinze) dias, da rede pública estadual de ensino, para o período de 04 a 18 de maio de 2020, sendo orientado às redes públicas municipais e às instituições privadas a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO o Parecer Orientativo do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovado, à unanimidade, em 28 de abril de 2020, sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19, com diretrizes aplicáveis às instituições de ensino públicas e particulares (<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>);

CONSIDERANDO que, conforme consignado pelo Conselho Nacional de Educação, a principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino de Educação Básica ou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e currículos dos cursos das instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação, analisando os dispositivos legais e normativos vigentes, reiterou que a competência para tratar dos calendários escolares é da instituição ou rede de ensino, no âmbito de sua autonomia, respeitadas a legislação e normas nacionais e do sistema de ensino ao qual se encontra vinculado, notadamente o inciso III, do artigo 12, da LDB;

CONSIDERANDO que algumas possibilidades de cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB seriam: a) a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; b) realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias



letivos que previstos no decurso dos mínimos anuais/semestrais; e c) a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades;

CONSIDERANDO que, tradicionalmente no Brasil, quando há suspensão das aulas ocorre, posteriormente, reposição presencial, como decorrência natural de ser esta a forma de ensino predominante para a Educação Básica, conforme estabelecida pela LDB. Porém, considerando a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, pode haver dificuldades para uma reposição que não impacte o calendário de 2021 e que também não acarrete retrocesso educacional para os estudantes;

CONSIDERANDO que um longo período de reposição de carga horária utilizando sábados, feriados, períodos de recesso escolar e férias pode acarretar uma sobrecarga de trabalho pedagógico tanto para estudantes quanto para professores, com prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de serem identificadas alternativas para reduzir a necessidade de reposição presencial de dias letivos a fim de viabilizar minimamente a execução do calendário escolar deste ano, e ao mesmo tempo permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência;

CONSIDERANDO a realidade das redes de ensino e os limites de acesso dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes às diversas tecnologias disponíveis, sendo necessário considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais;

CONSIDERANDO que, a fim de garantir atendimento escolar essencial, o Conselho Nacional de Educação propõe excepcionalmente a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível, o que, como já mencionado, vem ocorrendo na rede pública estadual de ensino;

CONSIDERANDO que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, *blogs*, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso, com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares;

CONSIDERANDO que para cumprir a carga horária mínima anual prevista na LDB, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária;

CONSIDERANDO que o artigo 31 da LDB delimita frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário da educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia;

CONSIDERANDO que, no sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, o Conselho Nacional de Educação sugere que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais (educação infantil);



CONSIDERANDO, contudo, que em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de ensino a distância à educação infantil, mesmo em situação de emergência, o entendimento majoritário é de que eventuais atividades pedagógicas complementares (não presenciais) não poderiam ser computadas como horas letivas;

CONSIDERANDO que nos anos iniciais do ensino fundamental existem dificuldades para acompanhar atividades *on-line*, uma vez que as crianças do primeiro ciclo se encontram em fase de alfabetização formal, sendo necessária supervisão de adulto para realização de atividades. No entanto, pode haver possibilidade de atividades pedagógicas não presenciais com as crianças desta etapa da educação básica, mesmo considerando a situação mais complexa nos anos iniciais. Aqui, as atividades devem ser mais estruturadas, para que se atinja a aquisição das habilidades básicas do ciclo de alfabetização;

CONSIDERANDO que nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as dificuldades cognitivas para a realização de atividades *on-line* são reduzidas ao longo do tempo com maior autonomia dos estudantes, sendo que a supervisão de adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou *on-line*;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação enfatiza que atividades pedagógicas não presenciais se aplicam aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, portanto, extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais, os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista, atendidos pela modalidade de Educação Especial;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados;

CONSIDERANDO que as avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e da evasão escolar no ensino fundamental e médio (diretriz do Conselho Nacional de Educação – CNE);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o padrão mínimo de qualidade da educação, previsto no artigo 3º, inciso IX, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incerteza de prazos no que diz respeito à retomada das atividades escolares presenciais (que conforme diretriz do Conselho Nacional de Educação, deverá se dar oportunamente, de modo GRADUAL, dado à gravidade da crise instalada), sendo que mesmo com autorização do retorno presencial as escolas deverão analisar os níveis de disseminação do novo Coronavírus e das orientações das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO o decreto nº 1534, de 02 de junho de 2020, da Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS, o qual dispõe, dentre outras matérias, sobre o atendimento dos estabelecimentos de ensino particulares do município, exigindo, além de outros critérios, plano de biossegurança com protocolos de segurança para eventual retorno presencial das aulas, mediante aprovação do comitê municipal de combate ao coronavírus do COVID-19, instalado no município de Bela Vista-MS.

CONSIDERANDO que, o MEC aprovou a decisão do CNE conforme DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Publicado em: 04/05/2020; Edição: 83; Seção: 1; Página: 63;

CONSIDERANDO que, aos 30 de abril de 2020, a Força-Tarefa de Acompanhamento da Epidemia da Doença do Coronavírus-19, instituída pelo Procurador-Geral de Justiça, apresentou, no bojo da Diretriz de Atuação Fundamentada n. 11, sugestões de atuação aos membros do MPMS no que se refere à reorganização dos calendários escolares, às atividades pedagógicas não presenciais e às medidas que serão adotadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais;



COSIDERANDO a Nota Técnica n. 08/2020, de 20 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG, que trata das normas gerais aplicáveis a educação durante a pandemia Covid-19, reordenação do ano letivo para a educação básica, critérios para a validade do ensino não presencial para fins de efetividade dos dias letivos e orientações par atuação do Ministério Público brasileiro;

RECOMENDA às Instituições de Ensino privadas de Educação Básica de Bela Vista-MS, à *SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*, à *SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE*, por seus respectivos Secretários, ao CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, por seu Presidente, ao MUNICÍPIO DE BELA VISTA-MS, por seu Prefeito Municipal e ao Comitê de Combate ao Coronavírus de Bela Vista-MS, por sua Presidente que:

A) o cumprimento da carga horária mínima se dê por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta:

a.1) reposição da carga horária de forma presencial ao final do período de emergência. Quanto a esta possibilidade, em decorrência da suspensão das aulas durante o período de pandemia COVID-19, mormente tendo em vista a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, as reposições presenciais podem restar inviabilizadas, impactando o calendário de 2021 e acarretando retrocesso educacional para os estudantes, o que deve ser considerado pelo gestor;

a.2) cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, observando-se a exceção do item b.13;

a.3) cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades, observando-se a exceção do item b.13.

B) o planejamento das atividades pedagógicas não presenciais, para fins de cumprimento de carga horária mínima exigida por lei ou normas correlatas e redução da necessidade de realização de reposição presencial, seja regulamentado em atos normativos e documentos próprios, observando:

b.1) os objetivos de aprendizagem relacionados ao respectivo currículo e/ou proposta pedagógica que se pretende atingir;

b.2) as formas de interação (mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação) com o estudante, mantendo canal de comunicação para repasse e recebimento das atividades remotas, bem como para sanar possíveis dúvidas dos escolares, famílias ou responsáveis, no que diz respeito à atividade pedagógica complementar que está sendo ministrada durante o período de suspensão das aulas;

b.3) a estimativa de carga horária equivalente para o alcance deste objetivo de aprendizagem, considerando as formas de interação previstas;

b.4) a forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (por meio digital ou físico), relacionadas aos planejamentos de estudo encaminhados pela escola e às habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares, as quais deverão ser devolvidas, viabilizando a avaliação do aproveitamento;

b.5) as formas de avaliação não presencial durante situação de emergência ou presencial após o fim da suspensão das aulas;

b.6) a previsão de formas de garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou escolas que tenham dificuldades de realização de atividades não presenciais de ensino;

b.7) a realização, quando possível, de processo de formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;

b.8) a realização de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;

b.9) a organização de programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial;

b.10) a sistematização e registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, durante o tempo de confinamento, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária por meio das entidades competentes;

b.11) o planejamento e a elaboração das atividades remotas mediante criterioso acompanhamento pela Coordenação Pedagógica e Direção Escolar, antes do envio aos estudantes;

b.12) a observância das orientações específicas em relação a cada etapa de ensino, alunos da educação especial, escolas indígenas, escolas do campo, etc, constantes das orientações do Parecer n. 05 do Conselho Nacional de Educação;

b.13) em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação não presencial à educação infantil, mesmo em situação de emergência, as atividades não presenciais não poderiam ser computadas como horas letivas;



b.14) a utilização de meios e recursos diversificados, para além de ferramentas tecnológicas, de modo a fazer frente às desigualdades do uso da tecnologia pelos alunos e permitir o acesso de todos ao conteúdo disponibilizado, assim como às orientações pedagógicas dos professores habilitados;

C) Do planejamento e das medidas a serem implementadas em eventual retorno gradual às aulas sob a forma presencial:

c.1) retorno às aulas somente após a garantia da segurança sanitária nas instituições de ensino, reorganização do espaço físico do ambiente escolar, com a indispensável construção prévia e observância estrita do PLANO DE BIOSSEGURANÇA, conforme determinado no Decreto Municipal, decreto nº 1534, de 02 de junho de 2020, da Prefeitura Municipal de Bela Vista-MS, atentando-se às orientações das autoridades sanitárias;

c.2) Que a elaboração do PLANO DE BIOSSEGURANÇA seja feita por uma equipe multidisciplinar, possuindo preferencialmente um médico infectologista pediatra ou outro profissional médico capacitado, obedecendo às normas sanitárias nacionais e internacionais;

c.3) que na elaboração do PLANO DE BIOSSEGURANÇA seja levado em conta o índice epidemiológico do Estado de Mato Grosso do Sul, a curva de crescimento e o número de leitos ocupados na rede pública e privada, analisando a necessidade de isolamento social, bem como que seja implementado de maneira gradativa, como, por exemplo, planos em elaboração no Estado de São Paulo¹ e Estado de Santa Catarina², os quais planejam voltar às aulas presenciais somente no mês de agosto de 2020 de maneira gradativa.

c.4) Que o Comitê de combate ao Coronavírus de Bela Vista-MS, ao analisar os planos de biossegurança apresentados pelos estabelecimentos da rede privada de ensino, leve em conta o índice epidemiológico do Estado de Mato Grosso do Sul, a curva de crescimento e o número de leitos ocupados na rede pública e privada, analisando a necessidade de isolamento social, bem como que sejam ouvidos integrantes da comunidade escolar, conselho municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e de Educação, realizando prévia visita às instalações no regular exercício do poder fiscalizatório sanitário;

c.5) realização de uma avaliação diagnóstica de cada aluno por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais (em caso de oferecimento destas) e construção de um PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO, caso seja necessário, para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver de forma plena o que é esperado de cada um(a) ao fim de seu respectivo ano letivo, com critérios e mecanismos que deverão ser claramente definidos pela respectiva rede, garantindo o direito à qualidade da educação ofertada;

c.6) oferecimento permanente de orientações aos alunos quanto aos cuidados nos contatos físicos com os colegas e realização de um esforço de BUSCA ATIVA dos estudantes, envolvendo a rede protetiva, quando for o caso, considerando a probabilidade de que ocorra evasão escolar;

c.7) realização do acolhimento e reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias como forma de superar os impactos psicológicos do longo período de isolamento social, podendo ser sugerida a realização de um amplo programa de formação dos professores para prepará-los para este trabalho de integração. As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias), bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outros;

c.8) garantia de critérios e mecanismos de avaliação ao final do ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas instituições e redes de ensino, de modo a evitar o aumento da reprovação e da evasão escolar.

D) a suspensão imediata das aulas presenciais por eventual rede de ensino particular que tenha retornado, inclusive por plantão de dúvidas, tendo em vista que o Decreto Municipal exige aprovação do plano de biossegurança pelo comitê do COVID-19 de Bela Vista-MS.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através do endereço de e-mail: pjbelavista@mpms.mp.br), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir do recebimento da presente, se as instituições

¹ <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral/escolas-publicas-e-particulares-de-sp-devem-voltar-em-agosto-com-aula-uma-vez-por-semana,70003322588>

² <https://www.ncsetotal.com.br/noticias/volta-as-aulas-em-santa-catarina-e-adiada-para-agosto-cidades-ainda-estudam-como-se>



de ensino da rede privada acatarão a presente RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta, bem como que sejam intimados os demais destinatários da presente recomendação.

Por fim, ressalte-se que diante da urgência que o caso requer, aliado a situação enfrentada, e à Resolução n. 7/2020/PJ, de 19.03.2020, a presente Recomendação será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (*e-mail* e *WhatsApp*), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Cidadania, à Câmara de Vereadores de Bela Vista, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Bela Vista/MS, e também, para publicação no DOMP/MS.

Bela Vista/MS, 03 de junho de 2020.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0023/2020/01PJ/CXM

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a Instauração do Procedimento Administrativo de Tutela de Interesses Individuais Indisponíveis nº 09.2020.00001934-1, que está à disposição na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim – MS.

Referido procedimento é de caráter restrito e, mediante inserção de senha obtida nesta Promotoria de Justiça, as partes interessadas poderão acessá-lo integralmente via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001934-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Coxim.

Requerido: A apurar.

Assunto: Acompanhar diligências visando esclarecer a identidade e ramo familiar do idoso G. F. , que está acolhido na Casa de Apoio "Casa de Passagem" de Coxim - MS.

Coxim/MS, 04 de junho de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO
Promotor de Justiça



MUNDO NOVO

EDITAL N. 0008/2020/02PJ/MUV

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2020.00001911-9

A 2ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas abaixo relacionado, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida São Paulo n.º 760, Bairro Berneck, Edifício das Promotorias de Justiça de Mundo Novo/MS, bem como sua pesquisa está disponível no sítio <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n.º 06.2019.00000746-7

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO; MUNICÍPIO DE JAPORÃ; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MUNDO NOVO; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JAPORÃ; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUNDO NOVO; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAPORÃ; CENTRO DE EDUCACIONAL MUNDO NOVO MICKEY; e ESCOLA ADVENTISTA DE MUNDO NOVO,

Assunto: Fiscalizar e acompanhar as medidas excepcionais adotadas pelas Redes Municipal e Privada de Educação Básica de Mundo Novo e de Japorã, em decorrência do novo Coronavírus (COVID-19); bem como a reorganização dos calendários escolares e ações que serão implementadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais.

Mundo Novo, 02 de junho de 2020.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00001911-9

RECOMENDAÇÃO N.º 06/2020 – 2PJ/MUV

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do 2ª Promotora de Justiça de Mundo Novo, no uso das atribuições conferidas pelo art. 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu art. 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que o art. 44 daquele mesmo ato dispõe que “o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”;

CONSIDERANDO que, no dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS decretou situação de “*emergência de saúde pública de importância internacional*” e, em seguida, no dia 11 de março de 2020, declarou a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO que a COVID-19 (CID 10: B34.2) é uma doença viral, altamente contagiosa, que provoca, inicialmente, sintomas de resfriado, podendo causar manifestações graves como a *Síndrome Respiratória Aguda Grave* e *Síndrome Respiratória do Oriente Médio*;

CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde, no dia 03 de fevereiro de 2020, por meio da Portaria GM/MS nº 188/2020, declarou “*emergência em saúde pública de importância nacional*”, em decorrência da infecção humana pelo Coronavírus, à vista que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;



CONSIDERANDO que o Ministério da Saúde elaborou o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), situando o Brasil, no momento, no nível de reposta 3: “*emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN)* ”;

CONSIDERANDO que os estados e municípios vêm elaborando seus planos de contingência locais, inclusive acatando recomendações expedidas pelo MPMS;

CONSIDERANDO que segundo o art. 205 da Constituição Federal, “*a educação é direito de todos e dever do Estado e da família*”;

CONSIDERANDO que o art. 227 da Constituição Federal e o art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente garantem a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, direitos fundamentais, assegurando-lhe primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação de políticas e destinação privilegiada de recursos para sua proteção;

CONSIDERANDO que, quando ameaçados ou violados os direitos das crianças e dos adolescentes, devem ser aplicadas medidas de proteção pautadas nos princípios da condição de sujeitos de direito, da proteção integral e prioritária, da responsabilidade primária e solidária do poder público, do superior interesse, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da proporcionalidade, da atualidade e da obrigatoriedade da informação (art. 98 e seguintes do ECA);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense;

CONSIDERANDO as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Educação e, ainda, a Nota de Esclarecimento do CEE/MS, de 18 de março de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado nº 10.119, de 19 de março de 2020;

CONSIDERANDO a Resolução SED n. 3745, de 19 de março de 2020, que regulamenta as Atividades Pedagógicas Complementares – APC na rede pública estadual de ensino, as quais vêm sendo ofertadas aos alunos, havendo previsões específicas para o ensino fundamental e médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudantes público da correção de fluxo, educação profissional e normal médio e estudantes público da educação especial;

CONSIDERANDO o Parecer Orientativo CP/CEE/MS nº 017/2020, do Conselho Estadual da Educação de Mato Grosso do Sul, publicado em 14 de abril de 2020, abrangendo instituições de ensino públicas e privadas (<http://www.cee.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Parecer-Orientativo-CEE.pdf>);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.420, de 27 de abril de 2020, que antecipou o recesso escolar de 15 (quinze) dias, da rede pública estadual de ensino, para o período de 04 a 18 de maio de 2020, sendo orientado às redes públicas municipais e às instituições privadas a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 15.436, de 15 de maio de 2020, o qual acrescenta o art. 2º- F ao Decreto nº 15.391, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas temporárias a serem adotadas, no âmbito da Administração Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, para a prevenção do contágio da doença COVID-19 e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (SARS-CoV-2), no território sul-mato-grossense, prorrogando a suspensão das aulas presenciais nas escolas da Rede Estadual de Ensino, até 30 de junho do corrente ano, orientando às redes públicas municipais de ensino e às instituições privadas de Educação Básica deste Estado a fazerem o mesmo;

CONSIDERANDO que, em virtude da situação de calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a Medida Provisória nº 934/2020 flexibilizou excepcionalmente a exigência do cumprimento do calendário escolar ao dispensar os estabelecimentos de ensino da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino;



CONSIDERANDO o Parecer Orientativo do Conselho Nacional de Educação - CNE, aprovado, à unanimidade, em 28 de abril de 2020, sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da COVID-19, com diretrizes aplicáveis às instituições de ensino públicas e particulares (<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>);

CONSIDERANDO que, conforme consignado pelo Conselho Nacional de Educação, a principal finalidade do processo educativo é o atendimento dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino de Educação Básica ou pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e currículos dos cursos das instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação, analisando os dispositivos legais e normativos vigentes, reiterou que a competência para tratar dos calendários escolares é da instituição ou rede de ensino, no âmbito de sua autonomia, respeitadas a legislação e normas nacionais e do sistema de ensino ao qual se encontra vinculado, notadamente o inciso III, do artigo 12, da LDB;

CONSIDERANDO que algumas possibilidades de cumprimento da carga horária mínima estabelecida pela LDB seriam: a) a reposição da carga horária de forma presencial ao fim do período de emergência; b) realização de atividades pedagógicas não presenciais (*mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação*) enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, garantindo ainda os demais dias letivos que previstos no decurso dos mínimos anuais/semestrais; e c) a ampliação da carga horária diária com a realização de atividades pedagógicas não presenciais (*mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação*) concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades;

CONSIDERANDO que, tradicionalmente no Brasil, quando há suspensão das aulas ocorre, posteriormente, reposição presencial, como decorrência natural de ser esta a forma de ensino predominante para a Educação Básica, conforme estabelecida pela LDB, todavia, a longa duração do período de emergência dificultará tal forma de reposição, sendo salutar evitar o retrocesso educacional dos estudantes;

CONSIDERANDO que um longo período de reposição de carga horária utilizando sábados, feriados, períodos de recesso escolar e férias pode acarretar uma sobrecarga de trabalho pedagógico tanto para estudantes quanto para professores, com prejuízos ao processo de ensino e aprendizagem;

CONSIDERANDO a necessidade de serem identificadas alternativas para reduzir a necessidade de reposição presencial de dias letivos a fim de viabilizar minimamente a execução do calendário escolar deste ano, e ao mesmo tempo permitir que seja mantido um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência;

CONSIDERANDO a realidade das redes de ensino e os limites de acesso dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes às diversas tecnologias disponíveis, sendo necessário considerar propostas inclusivas e que não reforcem ou aumentem a desigualdade de oportunidades educacionais;

CONSIDERANDO que, a fim de garantir atendimento escolar essencial, o Conselho Nacional de Educação propõe excepcionalmente a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível, o que, como já mencionado, vem ocorrendo na rede pública estadual de ensino;

CONSIDERANDO que a realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (*videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros*); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso, com



orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares;

CONSIDERANDO que, para cumprir a carga horária mínima anual prevista na LDB, a simples reposição de carga horária na forma presencial ao final do período de emergência poderá esbarrar na indisponibilidade de espaço físico necessário e da carência de profissionais da educação para uma eventual ampliação da jornada escolar diária;

CONSIDERANDO que o artigo 31 da LDB delimita frequência mínima de 60% da carga horária obrigatória, como uma possibilidade real de flexibilização para reorganização, ainda que de forma mínima, do calendário da educação infantil, a ser definido pelos sistemas de ensino no contexto atual de excepcionalidade imposto pela pandemia;

CONSIDERANDO que, no sentido de contribuir para minimização das eventuais perdas para as crianças, o Conselho Nacional de Educação sugere que as escolas possam desenvolver alguns materiais de orientações aos pais ou responsáveis com atividades educativas de caráter eminentemente lúdico, recreativo, criativo e interativo, para realizarem com as crianças em casa, enquanto durar o período de emergência, garantindo, assim, atendimento essencial às crianças pequenas e evitando retrocessos cognitivos, corporais (ou físicos) e socioemocionais (educação infantil);

CONSIDERANDO, contudo, que, em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de ensino a distância à educação infantil mesmo em situação de emergência, o entendimento majoritário é de que eventuais atividades pedagógicas complementares (não presenciais) não poderiam ser computadas como horas letivas;

CONSIDERANDO que nos anos iniciais do ensino fundamental existem dificuldades para acompanhar atividades *on-line*, uma vez que as crianças do primeiro ciclo se encontram em fase de alfabetização formal, sendo necessária supervisão de adulto para realização de atividades. No entanto, pode haver possibilidade de atividades pedagógicas não presenciais com as crianças desta etapa da educação básica, mesmo considerando a situação mais complexa nos anos iniciais. Aqui, as atividades devem ser mais estruturadas, para que se atinja a aquisição das habilidades básicas do ciclo de alfabetização;

CONSIDERANDO que nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, as dificuldades cognitivas para a realização de atividades *on-line* são reduzidas ao longo do tempo com maior autonomia dos estudantes, sendo que a supervisão de adulto para realização de atividades pode ser feita por meio de orientações e acompanhamentos com o apoio de planejamentos, metas, horários de estudo presencial ou *on-line*;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação enfatiza que atividades pedagógicas não presenciais se aplicam aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais, portanto, extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais, os que apresentam altas habilidades/superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista, atendidos pela modalidade de Educação Especial;

CONSIDERANDO que as atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados;

CONSIDERANDO que os professores do aluno de educação especial, conforme orientação do Conselho Nacional de Educação, atuarão com os professores regentes em rede, articulados com a equipe escolar, desempenhando suas funções na adequação de materiais, provimento de orientações específicas às famílias e apoios necessários. Eles também deverão dar suporte às escolas na elaboração de planos de estudo individualizados, segundo a singularidade dos alunos, a serem disponibilizados e articulados com as famílias;

CONSIDERANDO (i) a diversidade e singularidades das populações indígena, quilombola, do campo e dos povos tradicionais, (ii) as diferentes condições de acessibilidade dos estudantes e (iii) a atribuição dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios para organizar e regular medidas que garantam oferta de recursos e estratégias para o atendimento dessas comunidades (*sem comprometimento dos padrões mínimos de qualidade, possibilitando a finalização*



do calendário de 2020), as escolas poderão ofertar parte das atividades escolares em horário de aulas normais e parte em forma de estudos dirigidos e atividades nas comunidades, desde que estejam integradas ao projeto pedagógico da instituição, para que assim se possa garantir que o direito de aprendizagem dos estudantes sejam atendidos;

CONSIDERANDO que as avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, levando-se em conta o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e da evasão escolar no ensino fundamental e médio (diretriz do Conselho Nacional de Educação – CNE);

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o padrão mínimo de qualidade da educação, previsto no artigo 3º, inciso IX, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a incerteza de prazos no que diz respeito à retomada das atividades escolares presenciais (que conforme diretriz do Conselho Nacional de Educação, deverá se dar oportunamente, de modo GRADUAL, dada a gravidade da crise instalada), dependendo dos níveis de disseminação do novo Coronavírus e das orientações das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO que, aos 30 de abril de 2020, a Força-Tarefa de Acompanhamento da Epidemia da Doença do Coronavírus-19, instituída pelo Procurador-Geral de Justiça, apresentou, no bojo da Diretriz de Atuação Fundamentada n. 11, sugestões de atuação aos membros do MPMS no que se refere à reorganização dos calendários escolares, às atividades pedagógicas não presenciais e às medidas que serão adotadas após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais;

CONSIDERANDO a Nota Técnica n. 08/2020, de 20 de maio de 2020, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais - CNPG, que trata das normas gerais aplicáveis a educação durante a pandemia Covid-19, reordenação do ano letivo para a educação básica, critérios para a validade do ensino não presencial para fins de efetividade dos dias letivos e orientações para atuação do Ministério Público brasileiro;

RECOMENDA aos *MUNICÍPIOS DE MUNDO NOVO e de JAPORÃ*, por seus Prefeitos Municipais, às *SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO* e às *SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE MUNDO NOVO e de JAPORÃ*, por seus respectivos Secretários, e às *INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE ENSINO DE MUNDO NOVO – CENTRO EDUCACIONAL MUNDO NOVO MICKEY e ESCOLA ADVENTISTA DE MUNDO NOVO* -, por seus Diretores e Coordenadores, que:

a) o cumprimento da carga horária mínima se dê por meio das seguintes alternativas, de forma individual ou conjunta:

a.1) reposição da carga horária de forma presencial ao final do período de emergência. Quanto a esta possibilidade, em decorrência da suspensão das aulas durante o período de pandemia COVID-19, mormente tendo em vista a possibilidade de uma longa duração do período de emergência, as reposições presenciais podem restar inviabilizadas, impactando o calendário de 2021 e acarretando retrocesso educacional para os estudantes, o que deve ser considerado pelo gestor;

a.2) cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais realizadas enquanto persistirem restrições sanitárias para presença de estudantes nos ambientes escolares, observando-se a exceção do item b.13;

a.3) cômputo da carga horária de atividades pedagógicas não presenciais (*mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação*) realizadas de forma concomitante ao período das aulas presenciais, quando do retorno às atividades, observando-se a exceção do item b.13.

b) o planejamento das atividades pedagógicas não presenciais, para fins de cumprimento de carga horária mínima exigida por lei ou normas correlatas e redução da necessidade de realização de reposição presencial, seja regulamentado em atos normativos e documentos próprios, observando:

b.1) os objetivos de aprendizagem relacionados ao respectivo currículo e/ou proposta pedagógica que se pretende atingir;

b.2) as formas de interação (*mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação*) com o estudante, mantendo canal de comunicação para repasse e recebimento das atividades remotas; bem como para sanar possíveis dúvidas dos escolares, famílias ou responsáveis, no que diz respeito à atividade pedagógica complementar que está sendo ministrada durante o período de suspensão das aulas;



- b.3) a estimativa de carga horária equivalente para o alcance deste objetivo de aprendizagem, considerando as formas de interação previstas;
- b.4) a forma de registro de participação dos estudantes, inferida a partir da realização das atividades entregues (*por meio digital ou físico*), relacionadas aos planejamentos de estudo encaminhados pela escola e às habilidades e objetivos de aprendizagem curriculares, as quais deverão ser devolvidas, viabilizando a avaliação do aproveitamento;
- b.5) as formas de avaliação não presencial durante situação de emergência ou presencial após o fim da suspensão das aulas;
- b.6) a previsão de formas de garantia de atendimento dos objetivos de aprendizagem para estudantes e/ou escolas que tenham dificuldades de realização de atividades não presenciais de ensino;
- b.7) a realização, quando possível, de processo de formação pedagógica dos professores para utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;
- b.8) a realização de processo de orientação aos estudantes e suas famílias sobre a utilização das metodologias, com mediação tecnológica ou não, a serem empregadas nas atividades remotas;
- b.9) a organização de programas de revisão de atividades realizadas antes do período de suspensão das aulas, bem como de eventuais atividades pedagógicas realizadas de forma não presencial;
- b.10) a sistematização e registro de todas as atividades pedagógicas não presenciais, durante o tempo de confinamento, para fins de comprovação e autorização de composição de carga horária por meio das entidades competentes;
- b.11) o planejamento e a elaboração das atividades remotas mediante criterioso acompanhamento pela Coordenação Pedagógica e Direção Escolar, antes do envio aos estudantes;
- b.12) a observância das orientações específicas em relação a cada etapa de ensino, alunos da educação especial, escolas indígenas, escolas do campo etc., constantes das orientações do Parecer n. 05 do Conselho Nacional de Educação;
- b.13) em razão da carga horária mínima obrigatória prevista na LDB e de não haver previsão legal nem normativa para oferta de educação não presencial à educação infantil, mesmo em situação de emergência, as atividades não presenciais não poderiam ser computadas como horas letivas;
- b.14) a utilização de meios e recursos diversificados, para além de ferramentas tecnológicas, de modo a fazer frente às desigualdades do uso da tecnologia pelos alunos e permitir o acesso de todos ao conteúdo disponibilizado, assim como às orientações pedagógicas dos professores habilitados;
- c) as medidas adotadas, após o transcurso do período de suspensão das aulas presenciais, também sejam regulamentadas em atos normativos e documentos próprios, contemplando:
- c.1) retorno às aulas somente após a garantia da segurança sanitária nas instituições de ensino mediante parecer técnico, o qual deve ser submetido a análise e parecer favorável do Comitê de Crise do Município, com a indispensável construção prévia e observância estrita do PLANO DE BIOSSEGURANÇA, com o retorno gradual das atividades presenciais, atentando-se às orientações das autoridades sanitárias;
- c.2) oferecimento permanente de orientações aos alunos quanto aos cuidados nos contatos físicos com os colegas;
- c.3) realização de uma avaliação diagnóstica de cada aluno por meio da observação do desenvolvimento em relação aos objetivos de aprendizagem que se procurou desenvolver com as atividades pedagógicas não presenciais (*em caso de oferecimento destas*) e construção de um PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO, caso seja necessário, para que todas as crianças e adolescentes possam desenvolver de forma plena o que é esperado de cada um(a) ao fim de seu respectivo ano letivo, com critérios e mecanismos que deverão ser claramente definidos pela respectiva rede, garantindo o direito à qualidade da educação ofertada;
- c.4) realização de um esforço de BUSCA ATIVA dos estudantes, envolvendo a rede protetiva, quando for o caso, considerando a probabilidade de que ocorra evasão escolar;
- c.5) realização do acolhimento e reintegração social dos professores, estudantes e suas famílias como forma de superar os impactos psicológicos do longo período de isolamento social, podendo ser sugerida a realização de um amplo programa de formação dos professores para prepará-los para este trabalho de integração. As atividades de acolhimento devem, na medida do possível, envolver a promoção de diálogos com trocas de experiências sobre o período vivido (*considerando as diferentes percepções das diferentes faixas etárias*), bem como a organização de apoio pedagógico, de diferentes atividades físicas e de ações de educação alimentar e nutricional, entre outros;
- c.6) garantia de critérios e mecanismos de avaliação ao final do ano letivo de 2020, considerando os objetivos de aprendizagem efetivamente cumpridos pelas instituições e redes de ensino, de modo a evitar o aumento da reprovação e da evasão escolar.

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de que trata esta

**RECOMENDAÇÃO.**

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado (através dos endereços de e-mail: Deniscruz@mpms.mp.br), no prazo de 5 (cinco) dias, a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, com o encaminhamento de documentos hábeis a comprovar a efetivação das medidas, caso positiva a resposta.

Por fim, ressalte-se que, diante da urgência que o caso requer, aliada à situação enfrentada e às Resoluções n. 7/2020/PGJ, de 19.03.2020 e n. 27/2020/PGJ, de 15.05.2020, a presente será encaminhada através dos canais digitais disponíveis (*e-mail* e *WhatsApp*), suficientes ao conhecimento de seu teor e adoção das providências cabíveis.

No mesmo sentido, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Cidadania, às Câmaras de Vereadores de Mundo Novo e de Japorã, ao Juízo da Infância e da Adolescência de Mundo Novo/MS, e também, para publicação no DOMP/MS.

Mundo Novo/MS, 03 de junho de 2020.

KARINA RIBEIRO DOS SANTOS VEDOATTO

Promotora de Justiça

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA

Promotora de Justiça

NAVIRAÍ

EDITAL Nº 0020/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000391-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar.

Assunto: Apurar a notícia de que Fabrício Hiroshi Ozomo, médico anestesiológista contratado pelo Município de Naviraí, praticou ato de improbidade administrativa.

Naviraí, 03 de junho de 2020

PAULO DA GRAÇA RIQUELME DE MACEDO JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0021/2020/02PJ/NVR

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Naviraí/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000544-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí

Assunto: Apurar a notícia da ausência de condições arquitetônicas que garantam a acessibilidade nas dependências da capela mortuária do Município de Naviraí..

Naviraí, 03 de junho de 2020

DANIEL PÍVARO STADNIKY

Promotor de Justiça



NOVA ALVORADA DO SUL

EDITAL Nº 0003/2020/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001034-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Aroldo Ruiz de Alemida

Assunto: Apurar danos ambientais consistentes na realização de aproximadamente 06 (seis) represamentos de cursos d'água sem o devido e prévio licenciamento ambiental na propriedade rural denominada "Fazenda Iracema".

Nova Alvorada do Sul/MS, 02 de junho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0004/2020/PJ/NAAD

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2019.00001134-9.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual situação de nepotismo e existência de cargos comissionados em desacordo com o ordenamento jurídico vigente no âmbito da Câmara Legislativa Municipal.

Nova Alvorada do Sul/MS, 2 de junho de 2020.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0038/2020/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001423-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00001423-5

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Rogério Massaru Watanabe e Ronaldo Borges Silva

Assunto: Acompanhar cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00000575-4, objetivando a regularização jurídica-ambiental e compensação do dano, da propriedade denominada atualmente de Fazenda União.

Ponta Porã/MS, 04 de junho de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

DEODÁPOLIS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE TAC Nº 09.2020.00001601-1.

EDITAL Nº 0029/2020/PJ/DPS.

COMPROMITENTE: Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS.

COMPROMISSÁRIO: Câmara Municipal de Deodápolis/MS

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS publica Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS e a Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis/MS, em 14/02/2020, tendo por objeto a instalação, gestão e manutenção de sistema de controle de frequência e assiduidade de trabalho dos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis/MS, através da utilização de coletores eletrônicos biométricos (ponto eletrônico), como forma de garantir os princípios constitucionais da moralidade, da publicidade, da transparência, da legalidade e da eficiência, na prestação dos serviços públicos municipais, o qual está disponível para consulta no sítio eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, bem como na Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, localizada na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Cep. 79.790-000, Telefone (67) 3448-1455.

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0030/2020/PJ/DPS.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2020.00001597-8.

A Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2020.00001597-8, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Promotoria de Justiça da Comarca de Deodápolis/MS, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, do Consumidor e do Idoso - CAOCCI.

Interessado: Prefeitura Municipal de Deodápolis/MS.

Objeto: acompanhar e fiscalizar como a Prefeitura de Deodápolis vem prestando e remunerando os serviços de coleta, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, bem como os serviços de varrição, conservação e limpeza pública.

Deodápolis/MS, 03 de junho de 2020.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça